

# CAOS INFORMACIONAL COMO ESTRATÉGIA DO GOVERNO BOLSONARO DE DESMONTE DAS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Adriano Casemiro Nogueira Campos de Sousa<sup>1</sup>

## Resumo

Este texto constitui um ensaio com interpretações acerca da relação entre as estratégias comunicativas e as políticas socioambientais por parte do governo de Jair Bolsonaro (2019–2022). A partir de discussões a respeito da chamada “era da pós-verdade” no contexto de fortalecimento do neoliberalismo-conservador, destaca-se como a atual gestão presidencial se apoia no caos informacional como *modus operandi* que possibilita a formulação e propagação de narrativas de autodefesa direcionadas principalmente para sua base apoiadora e que confundem o debate público sobre temas contenciosos. No que tange à área socioambiental, observam-se discursos de atores do governo federal baseados em negacionismo climático e na narrativa “antiglobalista” para justificar políticas destrutivas à natureza e às comunidades tradicionais cujas raízes remontam ao antiambientalismo e antiindigenismo do projeto nacional-desenvolvimentista da Ditadura Civil-Militar. Diante disso, a última seção aborda criticamente algumas ideias proferidas em discursos desses agentes e as políticas adotadas para o meio ambiente e os povos tradicionais, em especial os indígenas, tendo como perspectiva normativa a justiça ambiental. Como conclusões preliminares, considera-se o emprego de discursos contraditórios, ora direcionados para a base eleitoral, ora para a comunidade internacional defensora do desenvolvimento sustentável. Simultaneamente, evidencia-se a promoção da política de desmonte das instituições e legislações de proteção da natureza e dos direitos socioambientais, além do estímulo de práticas extrativas predatórias.

**Palavras-chave:** Pós-verdade. Negacionismo. Bolsonarismo. Políticas socioambientais. Justiça ambiental.

## Caos informativo como estrategia del gobierno Bolsonaro de desmantelamiento de las políticas socio-ambientales

## Resumen

Este texto constituye un ensayo con interpretaciones acerca de la relación entre las estrategias comunicativas y las políticas socio-ambientales por parte del gobierno de Jair Bolsonaro (2019–2022). A partir de discusiones sobre la llamada “era de la pos-verdad” en el contexto del fortalecimiento del neoliberalismo-conservador, destacase como la actual gestión presidencial se apoya en el caos informativo como *modus operandi* que posibilita la formulación y propagación de narrativas de autodefensa dirigidas principalmente para su base de apoyo y

---

<sup>1</sup> Adriano Casemiro Nogueira Campos de Sousa, Mestre em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Bacharel em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB).

que confunden el debate público sobre temas litigiosos. Con respecto al área socio-ambiental, se observan discursos de actores del gobierno federal basados en negacionismo climático y en la narrativa "antiglobalista" para justificar políticas destructivas a la naturaleza y a las comunidades tradicionales, cuyas raíces se remontan al anti-ambientalismo y anti-indigenismo del proyecto nacional-desarrollista de la Dictadura Civil-Militar. Frente a eso, la última sección aborda críticamente algunas ideas proferidas en discursos de esos agentes y las políticas adoptadas para el medio ambiente y los pueblos tradicionales, especialmente los indígenas, tiendo como perspectiva normativa la justicia ambiental. Como conclusiones preliminares, considerase el empleo de discursos contradictorios, a veces dirigidos a la base electoral, a veces a la comunidad internacional defensora del desarrollo sostenible. Simultáneamente, evidenciase la promoción de la política de desmantelamiento de las instituciones y legislaciones de protección de la naturaleza y de los derechos socio-ambientales, además de fomentar practicas extractivas predatorias.

**Palabras-clave:** Pos-verdad. Negacionismo. Bolsonarismo. Políticas socio-ambientales. Justicia ambiental.

### Informational chaos as a strategy of Bolsonaro's government to dismantle socio-environmental policies

#### Abstract

This text constitutes an essay with interpretations about the relation between the communicative strategies and the socio-environmental policies of Jair Bolsonaro's government (2019-2022). From discussions about the so called "post-truth era" in the context of strengthening conservative-neoliberalism, we highlight how the current presidential administration relies on informational chaos as *modus operandi* that enables the formulation and propagation of self-defense narratives directed mainly to its support base and which confuse the public debate on contentious issues. Regarding the socio-environmental area, we observe discourses by federal government actors based on climate denialism and the "anti-globalist" narrative to justify destructive policies against nature and the traditional communities, whose origins can be traced back to the anti-environmentalism and anti-indigenism of the Civil-Military Dictatorship's national-developmental project. In view of this, the last section critically addresses some ideas pronounced in these agents' discourses and the adopted policies to the environment and the traditional communities, especially the indigenous peoples, with the environmental justice as normative guiding perspective. As preliminary conclusions, we consider the employment of contradictory discourses, sometimes directed to the electoral base, sometimes to the international community that defends sustainable development. Simultaneously, it is observable the promotion of policies aimed at dismantling institutions and legislations for the protection of nature and socio-environmental rights, in addition to encouraging predatory extractivist practices.

**Key words:** Post-truth. Denialism. Bolsonarism. Socio-environmental policies. Environmental justice.

## Introdução

Este ensaio constitui uma aproximação inicial do debate acerca das estratégias comunicativas do governo de Jair Bolsonaro (2019–2022) de promoção do caos informacional. Tendo como foco a questão socioambiental, o objetivo principal dessa exposição é demonstrar como a ex-gestão do Poder Executivo adotou uma postura antiambientalista e antiindigenista através da produção de desordem informacional e da divulgação de ideias que negam a urgência da crise climática global e, portanto, das políticas de proteção ambiental e de valorização da diversidade cultural de povos tradicionais. Argumento que, no caso do bolsonarismo, essa abordagem tem raízes tanto no projeto nacional-desenvolvimentista da Ditadura Civil-Militar (1964–1985), quanto no fundamentalismo de mercado das elites capitalistas neoliberais.

Trata-se em conjunto as pautas ambientais e indigenistas, num sentido amplo que se estende às comunidades tradicionais em geral, em virtude da associação intrínseca entre os dois elementos. Os povos tradicionais, especialmente os indígenas, são os principais afetados pela degradação ambiental e os maiores protetores do meio ambiente por conta de seu modo de vida cultural e espiritualmente vinculado à natureza (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA, 2021). Além disso, o Brasil tem observado nos últimos anos o aumento da violência

contra essa parcela da população, associada com a expansão das atividades extrativas de fazendeiros, garimpeiros, grileiros e madeireiros, estimulada por discursos e políticas antiambientalistas e antiindigenistas de atores governamentais da gestão Bolsonaro. Pode-se exemplificar com a fala do ex-ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, no contexto de uma reunião ministerial sugerindo aproveitar a atenção na pandemia da Covid-19 para “passar a boiada”, ou seja, aprovar medidas de desregulação para atender aos interesses do setor produtivo, em especial do agronegócio e da mineração. Assim, a presente reflexão conta com aspectos críticos fundamentados normativamente na perspectiva da justiça ambiental (ACSELRAD, 2002), ou seja, busca-se contribuir com reflexões que visibilizam e criticam o cenário de destruição do meio ambiente e violação de direitos que afeta principalmente os povos tradicionais.

Diante dessas questões, a partir das interseções entre debates dos campos da Sociologia Política e dos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia, busca-se traçar um panorama que capture as transformações contemporâneas decorrentes da digitalização das relações sociais e da hegemonização do neoliberalismo conservador. Nessa perspectiva, a primeira seção aborda a emergência da “Era da Pós-Verdade”, relacionada diretamente à desordem informacional característica dos espaços digitais e à ascensão de lideranças populistas conservadoras e autoritárias. Em seguida, discute-se a particularidade do bolsonarismo, que conta com o militarismo como um de seus pilares de apoio e a produção

de caos como *modus operandi*. Por fim, apresenta-se um debate sobre a associação entre o movimento negacionista climático, o militarismo e o bolsonarismo no atual cenário de desmonte das instituições ambientais e indigenistas.

### **Pós-verdade, extrema-direita e epistemologias personalistas**

Em 2016, o debate sobre a “era da pós-verdade” tomou os noticiários de boa parte do hemisfério ocidental, sobretudo por conta do fluxo de desinformação que marcou o ambiente digital no contexto do referendo do *Brexit* e das eleições presidenciais dos Estados Unidos. Esses eventos foram marcados por campanhas de “propaganda computacional” (BRADSHAW; HOWARD, 2019) levadas a cabo por grupos de poder econômico em conjunto com “tropas digitais” (que incluem robôs, *trolls* e militantes) que se apoiaram na “arquitetura” de algoritmos de segmentação de conteúdo das mídias digitais para difundir extensivamente notícias falsas (*fake news*) e informações distorcidas ou inverídicas para favorecer seus interesses. Nesses momentos, destacou-se a atuação central das empresas *Facebook* e *Cambridge Analytica*, cujo co-fundador, Steve Bannon, também foi estrategista-chefe da campanha e de parte da gestão presidencial de Donald Trump (2017-2020), além de “consultor” eleitoral da família Bolsonaro (CESARINO, 2020).

No contexto brasileiro, o debate sobre as chamadas *fake news* e a pós-verdade tomou os holofotes a partir das eleições de 2018. O

escândalo do financiamento por parte de empresários de pacotes de disparo em massa de mensagens com desinformação no *WhatsApp* para manipular a opinião pública em prol da candidatura de Jair Bolsonaro desvelado por uma jornalista do jornal *Folha de S. Paulo* (MELLO, 2018) foi um dos momentos que mais chamaram a atenção popular a respeito do tema da desinformação. Mais recentemente, temos observado o desenrolar de investigações contra *fake news* encabeçadas pelo Superior Tribunal Federal e o Congresso Nacional, que apontaram para relações diretas com o governo Bolsonaro e sua base de apoio na polêmica do chamado "Gabinete do Ódio". Além disso, não podemos nos esquecer da postura negacionista do presidente e de seus aliados com relação à pandemia de COVID-19 e o aconselhamento científico dos experts da área da saúde, que resultou em mortes desnecessárias e uma série de conflitos políticos, em que se destaca a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19 do Senado Federal.

Observa-se nos dias de hoje o fortalecimento de movimentos negacionistas que se colocam radicalmente contra a ciência, o jornalismo e o Estado com base em narrativas conspiratórias e que contradizem consensos científicos. Tais movimentos vêm se formando desde o século passado, muitas vezes financiados por empresas e atores políticos, e se multiplicaram consideravelmente por conta da expansão do acesso à Internet e às redes sociais (ORESQUES; CONWAY, 2010). Nos últimos anos, observamos o caso da

conspiração *QAnon*<sup>2</sup> nos Estados Unidos e, principalmente, do movimento antivacina recrudescido no contexto da pandemia de COVID-19 em boa parte do mundo.

Tendo isso em vista, uma das explicações mais contundentes a respeito da pós-verdade é a de Letícia Cesarino (2021). Baseada numa etnografia digital em grupos de WhatsApp bolsonaristas durante as eleições de 2018, a antropóloga constatou a emergência de um “populismo digital” neoliberal-conservador liderado por Jair Bolsonaro, alicerçado na difusão extensiva de mensagens com informações falsas ou descontextualizadas e distorcidas levada a cabo também pelos seguidores. Ademais, a campanha também se baseou na construção de uma dinâmica líder-povo em que a comunicação supostamente seria direta e não teria mediações de agentes externos, como os jornalistas, tratados como inimigos pelo então candidato, assim como os atores políticos e movimentos sociais progressistas e de esquerda (CESARINO, 2020). Em artigo posterior, a autora adotou uma “explicação cibernética” em que argumentou haver uma relação intrínseca entre o populismo digital conservador, o neoliberalismo e a pós-verdade (CESARINO, 2021).

---

<sup>2</sup> O QAnon é uma teoria da conspiração e movimento político originado nas comunidades virtuais da extrema-direita estadunidense em 2017 a partir de publicações de um ou mais usuários denominados “Q”, cuja teoria central argumenta que há uma cabala global secreta de satânicos canibais operadores de uma rede de tráfico sexual infantil que tenta controlar a política e a mídia. Tal grupo seria constituído por personalidades das elites progressistas, sobretudo do Partido Democrata. Para a comunidade QAnon, o ex-presidente Donald Trump teria sido recrutado pela elite militar estadunidense para acabar com a rede criminosa e punir seus membros. Desde sua criação, a teoria tem incorporado várias outras conspirações, incluindo o negacionismo da pandemia, o movimento antivacina e a tese de que a eleição presidencial estadunidense de 2020 teria sido fraudada – o que levou alguns seguidores a participarem da invasão do Capitólio que ocorreu em janeiro de 2021 (ROOSE, 2021).

Para este ensaio, considera-se o “neoliberalismo” tanto em seus aspectos materiais quanto culturais. No primeiro ponto, pode-se entendê-lo como a ordem político-econômica inaugurada na década de 1970 na ditadura de Pinochet no Chile e internacionalmente hegemônica nos anos 1990 com o Consenso de Washington (1989), cujos pilares são medidas de austeridade fiscal, privatizações, desregulamentação, liberalização, financeirização e globalização das economias nacionais; e cujas consequências socioeconômicas têm sido concentração de riquezas, aumento das desigualdades, desindustrialização e precarização de direitos ambientais, trabalhistas e sociais (HARVEY, 2005; FRASER, 2018). Em termos culturais, sua consolidação levou ao estabelecimento de novas formas de subjetivação e discursos fundamentados numa racionalidade fortemente individualista e empresarial, como bem analisado por Dardot e Laval (2016), bem como novos modos de mediação epistêmica apoiados nas tecnologias de comunicação e informação (CESARINO, 2021).

Antes de chegar ao conceito de pós-verdade, insta elucidar a relação do neoliberalismo com o processo de digitalização da sociedade. Concebendo o neoliberalismo em seu aspecto epistêmico no atual contexto histórico, Cesarino (2021) apresenta o conceito de “arquitetura neoliberal das mídias digitais” ou “arquitetura digital do neoliberalismo”, que remete à lógica estruturante da economia de atenção baseada nos algoritmos de mineração de dados e segmentação de conteúdo. Assim, os usuários seguem usando as redes por horas com conteúdo



personalizado de acordo com seus interesses e gerando mais lucro às empresas a partir da extração dos dados que são vendidos para anunciantes, o que foi denominado por Shoshana Zuboff (2018) como “capitalismo de vigilância”.

Nessa perspectiva, os conteúdos que geram mais engajamento são os que mais chamam a atenção do público, independentemente de sua veracidade ou não. Desse modo, como ainda há pouca regulação do que circula nas redes sociais, o populismo da extrema-direita ganha espaço, tendo em vista que mobiliza afetos negativos como o medo e a raiva para propagar ideias autoritárias, intolerantes e aparentemente contrárias ao *establishment* político e o sistema de peritos que promove narrativas factuais que “ordenam” a complexidade da realidade (em especial a ciência, o jornalismo profissional e as instituições do Estado Democrático de Direito). Essa foi a abordagem adotada pelas campanhas eleitorais de Donald Trump, Jair Bolsonaro e outros atores políticos que se apoiaram em discursos populistas antissistêmicos e anticorrupção. Assim, pode-se perceber como a extrema-direita tem se beneficiado mais diretamente dessa política de caos informacional do que outros grupos políticos, devido às particularidades de suas estratégias comunicativas de promoção de desinformação articulada a discursos de ódio, calcada na perspectiva de uma verdadeira “guerra cultural” que mobiliza e direciona afetos negativos contra o *establishment* político progressista (SOLANO, 2018; CESARINO, 2020; PINHEIRO-MACHADO, 2018).

Diante disso, a pós-verdade é descrita por Cesarino (2021, p. 77) como uma "'crise de confiança' (ZONEN, 2012) que advém de uma mudança profunda nos tipos de mediação que organizam – e reorganizam em novas bases – a produção de conhecimento legítimo nas sociedades contemporâneas". Em outras palavras, a "pós-verdade é uma condição epistêmica na qual qualquer enunciado pode ser potencialmente modificado por qualquer um, a um custo muito baixo – ou seja, em que não há mais controle (...) [pelo sistema de peritos]" (CESARINO, 2021, p. 77).

Nesse sentido, o populismo digital neoliberal-conservador observado em suas pesquisas tem reforçado a crise de confiança no sistema de peritos através de três principais estratégias de reorganização cognitiva: "eu-pistemologias" (ZONEN, 2012), elos causais ocultos e antagonismo amigo-inimigo (CESARINO, 2021, p. 79-83). As "eu-pistemologias" dizem respeito à preferência por sentidos imediatos obtidos através de experiências pessoais, especialmente visuais, e ao privilégio de informações emitidas por pessoas que compartilham das mesmas opiniões e visões de mundo, isto é, epistemologias populares (CESARINO, 2021, pp. 79-81). O segundo ponto remete às narrativas conspiratórias e alarmistas, mais presentes nas interações digitais das novas direitas, que têm servido uma função metacomunicativa de manter a atenção dos seguidores no líder populista (CESARINO, 2021, pp. 81-82). Por fim, a distinção antagonística é uma característica central do populismo em que se define não somente a relação "nós contra eles", mas a fidelidade entre o líder e o "povo", reduzido à base

apoiadora enclausurada em sua bolha ideológica por meio da arquitetura algorítmica (CESARINO, 2021, pp. 82–83).

À vista disso, Cesarino (2021) argumenta que o neoliberalismo com sua episteme individualista do “empreendedor de si mesmo” e sua arquitetura digital é, na verdade, uma faceta estruturante do bolsonarismo e das novas direitas no geral, como também conclui Wendy Brown (2019). Assim, a digitalização aparece na equação como um importante fator na conformação de efeitos epistêmicos nas subjetividades humanas que são capitalizados pelos populismos conservadores.

Em diálogo com a abordagem de Cesarino (2021), a conceptualização da “era da pós-verdade” do sociólogo Tiago Duarte associa o fenômeno diretamente à estratégia de líderes populistas conservadores que visam desestabilizar as regras do jogo epistemológico e, citando Kelkar (2019), criar uma “nova arquitetura da objetividade que alicerça a produção e estabilização dos fatos” (DUARTE, no prelo, p. 6). Com isso,

a Era da Pós-Verdade refere-se a um período em que ocorre um esforço de governantes populistas de extrema-direita e de seus apoiadores/as no sentido de transformar as epistemologias do debate público. Essa transformação passa por ataques a instituições modernas que gozavam de amplo poder epistêmico, em particular as ciências modernas e a mídia (DUARTE, no prelo, p. 6).

Por esse ângulo, em sua análise da postura negacionista de Bolsonaro frente à pandemia e às soluções oriundas de aconselhamento científico em suas *lives* e entrevistas, Duarte

argumenta que o presidente se apoia nos pilares de epistemologias populista e personalista. O conceito de “epistemologia populista” é emprestado de Saurette e Gunster (2011, p. 199) e remete à valorização do “conhecimento das ‘pessoas comuns’, possuído por elas devido à sua proximidade com a vida cotidiana, distinguindo-o do conhecimento rarefeito das elites alienadas da vida cotidiana (e do senso comum que esta produz)” e, igualmente, dos experts. Por outro lado, “a característica central da epistemologia personalista é a centralização da verdade em uma figura específica, que se coloca como intérprete privilegiado da realidade, sem que haja freios e contrapesos para sua autoridade epistêmica” (DUARTE, no prelo, p. 7). Seguindo essa linha de raciocínio, as duas formas de epistemologia são parte do *modus operandi* de líderes populistas, que se constituem como entendedores e representantes da “vontade popular” e, portanto, os únicos autorizados a falar para e pelo “povo” (DUARTE, no prelo, p. 7). Em consonância com Duarte, esses termos são grafados com aspas para demonstrar desconfiança com a simplificação de uma nação extremamente heterogênea em tais significantes vazios.

Diante do exposto, considera-se adequada a abordagem de Cesarino (2021) por ressaltar a desordem epistêmica decorrente de crises de confiança que se desenrolam nas sociedades contemporâneas, não somente com relação à ciência e ao jornalismo, mas também às instituições políticas das democracias representativas e ao capitalismo neoliberal. A emergência da Internet, constituída na arquitetura neoliberal, implicou no

fortalecimento de eu-pistemologias, o que foi capitalizado por atores de extrema-direita no contexto de crise de hegemonia do “neoliberalismo-progressista” (FRASER, 2018). Por conseguinte, como demonstrado por Duarte, líderes populistas como Bolsonaro se estabelecem como única autoridade epistêmica legítima para justificar suas narrativas e ações perante sua base eleitoral.

A atitude de Bolsonaro de se constituir como porta-voz da “vontade popular” legítima pode ser percebida em diversas outras situações que ocorreram em seu mandato, em especial no que tange à pasta ambiental, centro dos atuais conflitos políticos da extrema-direita em outros países – como veremos mais à frente. Na verdade, essa postura também é fundamentada na lógica da hierarquia militar, evidenciada na fala do ex-Ministro da Saúde Eduardo Pazuello: “um manda e o outro obedece” (MAZUI, 2020). Essa característica não surpreende ninguém, devido à ampla presença de militares no atual governo. A próxima seção abordará a estruturação do governo Bolsonaro em torno do militarismo, o que inclui a o antiambientalismo e o antiindigenismo característicos do modelo de desenvolvimento nacional da Ditadura Civil-Militar (1964–1985).

### **Bolsonarismo e o caos como método tutelado pelos militares**

Como evidenciado, o fortalecimento da extrema-direita no século XXI é um processo que tem raízes no cenário de crises de hegemonia que perpassam os campos econômico, político, cultural

e epistêmico, associadas às dinâmicas próprias do neoliberalismo na era digital em que emergem eu-pistemologias aparentemente antissistêmicas no contexto de desordem informacional. Em várias partes do mundo, como no Brasil, têm-se observado processos de desindustrialização, privatização de recursos públicos essenciais e precarização de direitos trabalhistas, sociais e ambientais vinculados diretamente à agenda de reformas neoliberais estabelecidas em torno do Consenso de Washington no final da década de 1980 (HARVEY, 2005).

No caso dos Estados Unidos, Nancy Fraser (2018) destaca como a crise financeira de 2008/9 levou à crise do paradigma neoliberal, por suas políticas que privilegiam a classe mais rica em detrimento do resto da população. Essa crise hegemônica possibilitou a ascensão da retórica populista conservadora de Donald Trump, que associou os problemas sistêmicos à elite política do bloco neoliberal-progressista do Partido Democrata, transferindo a “responsabilidade” da crise às políticas de reconhecimento progressistas, especialmente os direitos de migrantes e refugiados, os movimentos antiopressão e ecológicos. Assim, a campanha supostamente antissistêmica do empresário *outsider* foi exitosa por canalizar os afetos de indignação com a precarização da vida que muitos trabalhadores e trabalhadoras vinham enfrentando ao longo das últimas décadas a partir da lógica populista do “nós contra eles”. Todavia, o mandato presidencial trumpista (2017–2020) seguiu com a política de distribuição neoliberal, o que, em conjunto

com sua postura negacionista, levou à perda de sua credibilidade frente ao desastre da gestão da crise pandêmica.

No contexto brasileiro, uma série de pesquisas da década passada demonstraram a multiplicação de grupos de direita e extrema-direita nas ruas e no ecossistema digital desde o início dos anos 2000 (ROCHA, 2018), mas sobretudo após 2015 (MESSEMBERG, 2017; SOLANO, 2018; PINHEIRO-MACHADO, 2018). Tais estudos apontam as Jornadas de Junho de 2013 como a primeira expressão da crise do modelo de governo presidencial do Partido dos Trabalhadores (PT), particularmente da política de “conciliação de classes”. É certo que a situação ficou muito mais caótica no segundo mandato de Dilma Rousseff com o aprofundamento da recessão econômica e a crise de governabilidade decorrente da coalizão golpista entre partidos de centro e direita, a mídia corporativa e setores do aparelho jurídico-policial do Estado que resultou no *impeachment* de 2016 (PINHEIRO-MACHADO, 2018; SOUZA, 2016). Embora a maior parte das gestões presidenciais petistas não possam se enquadrar inteiramente na categoria de neoliberal-progressista por terem se apoiado num modelo neodesenvolvimentista neoextrativista (MILANEZ; SANTOS, 2013), seus governos se mantiveram atrelados parcialmente ao neoliberalismo hegemônico do sistema econômico internacional e às pautas progressistas de defesa das minorias e do meio ambiente na perspectiva do desenvolvimento sustentável liberal (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020).

De qualquer maneira, a “direita que saiu do armário” em 2015 (MESSEMBERG, 2017) atuou no debate público fomentando

enquadramentos radicalmente negativos contra atores e pautas progressistas e de esquerda, especialmente através de campos semânticos do antipetismo, conservadorismo moral (incluído o punitivismo legal) e princípios neoliberais (MESSEMBERG, 2017; SOLANO, 2018). Além disso, a atuação da grande mídia em conjunto com os vazamentos ilegais de autos da Operação Lava-Jato no sentido de consolidar uma associação entre o PT, a corrupção e as crises do país também foi responsável por reforçar afetos negativos contra todo o sistema político, mas sobretudo contra o petismo, a esquerda e o comunismo (AZEVEDO, 2018; SOUSA, 2019). É importante ressaltar que essa “campanha midiática” em prol do *impeachment* também contou com a difusão de desinformação (SOUSA, 2019). Assim, estabeleceram-se no debate público afetos e discursos antissistêmicos em parte apoiados na “luta anticorrupção” lavajatista, com forte viés conservador, autoritário, antipetista e anticomunista.

Sem embargo, deve-se reconhecer que a crise de hegemonia que afetou o PT também impactou diretamente na posição privilegiada do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no campo da direita. Esse cenário é, então, analisado por Marcos Nobre (2020) como a crise da “República do Real” (1994–2016), isto é, da política do presidencialismo de coalizão centrada na disputa do PT e do PSDB pela gestão presidencial apoiada no fisiologismo do “Centrão”, modo de fazer política característico do período da redemocratização e denominado de “pemedebismo” pelo autor. Nesse sentido, os dois partidos estruturavam o governo provendo



cargos para o Centrão, mas alocando os cargos mais importantes para os quadros partidários, enquanto se aproveitavam da capacidade dele de mobilização de votos. Nesse contexto, a Lava-Jato agiu como desestabilizadora das instituições e o golpe parlamentar de 2016 teria servido como estratégia das elites políticas de sacrificar um dos lados atacados, no caso o PT, para garantir a preservação política do resto do sistema partidário (NOBRE, 2020).

Nesse sentido, Nobre (2020) sustenta que a candidatura de Bolsonaro conseguiu se apresentar como a representante da “política antissistema” dos que se sentiam excluídos na dinâmica da República do Real, em especial as bases evangélica, militar e lavajatista. A atuação do atual presidente teria iniciado com uma política de “representante sindical” dos militares e outros funcionários da segurança pública (como policiais militares) de baixa patente. Posteriormente, Bolsonaro foi vocalizando uma cultura política de guerra contra o sistema dentro de todas as instituições, de modo que primeiramente conseguiu o apoio do eleitorado comum e somente depois do atentado da facada que conseguiu alcançar oficialmente os votos dos líderes evangélicos e militares (NOBRE, 2020, pp. 40–5).

Dessa maneira, um ponto importante da política de Bolsonaro é o “caos como método” (NOBRE, 2020, p. 43). Sua campanha foi constituída com base na produção de caos, sobretudo de caos informacional, com a intenção de assegurar a atenção em torno de si, mesmo sem muito tempo de campanha televisiva e sem

participar dos debates, bem como desqualificar seus adversários e descreditar fontes que o criticavam, ou seja, desde os inimigos políticos até atores do sistema de peritos (NOBRE, 2020; CESARINO, 2019). Assim, Bolsonaro conseguiu consolidar uma “coalizão de conveniência” entre setores conservadores relativamente heterogêneos entre si, assim como alcançar o apoio de eleitores indignados com o *establishment* político anterior (NOBRE, 2020, p. 43).

Igualmente, seu mandato seguiu apostando em políticas que davam seguimento a essa desordem através da epistemologia personalista com a intenção de desestabilizar as instituições democráticas e o sistema de peritos e consolidar seu projeto autoritário. Nessa perspectiva, o então presidente nomeou ministros e ministras de seus setores eleitorais para dar espaço de representação para eles, definindo uma “lógica de feudos”, em que se destacavam três principais: *mercado, comércio e indústria* de Paulo Guedes; *agronegócio* de Teresa Cristina; e *lavajatismo* de Sérgio Moro. Deve-se citar também o núcleo conservador moral que perpassa o olavismo<sup>3</sup> e o fundamentalismo religioso cristão presente em pastas das áreas cultural, educacional, relações internacionais, direitos humanos e outras. Inicialmente, o governo buscou se distanciar de quadros provenientes da elite política

---

<sup>3</sup> O “olavismo” se refere tanto ao pensamento do escritor Olavo de Carvalho, quanto ao grupo de seguidores de suas ideias. O pensamento olavista se baseia na tese de que há uma guerra cultural entre conservadores e progressistas, ou melhor, entre o bem e o mal. Nessa perspectiva, a globalização seria um projeto de hegemonia cultural e política do comunismo que tem atuado pela destruição dos valores ocidentais judaico-cristãos tradicionais e das identidades nacionais em prol de uma cultura cosmopolita ateuista e amoral (BIANCHI et al, 2021).

profissional para sustentar a narrativa antissistema. Bolsonaro se destacava nessa ordem como o “senhor feudal” que atuava em casos de conflitos entre os setores com seu “direito senhorial de veto” e sua “exigência de vassalagem” (NOBRE, 2020, pp. 43–44).

É importante destacar que o projeto autoritário bolsonarista vinha se sustentando no governo para o terço da população que o avaliava positivamente (até 2020) nas pesquisas de avaliação governamental utilizadas como base pelo assessoramento presidencial. Essa perspectiva limitada constitui a visão de “democracia” de Bolsonaro e das Forças Armadas, que representa uma política gerida somente para os “cidadãos de bem”, excludente de seus críticos, seja da esquerda ou direita democráticas. Nessa conformação, as Forças Armadas têm exercido o papel de coordenação da estrutura governista, ou seja, a mesma função do PT e do PSDB na dinâmica da República do Real (NOBRE, 2020, pp. 13–15; REZENDE, 2020). Com a pandemia e as crises institucionais geradas por Bolsonaro, sobretudo com Sérgio Moro e Luiz Henrique Mandetta, o governo teve que se aproximar do Centrão para garantir sua sobrevivência política. Entretanto, a dinâmica de indicação para os cargos importantes ainda seguiu tutelada pelo Exército, até por conta da ausência de filiação partidária do presidente por quase dois anos<sup>4</sup>. O apoio militar a Bolsonaro foi essencial para sua manutenção devido à lógica hierárquica característica da instituição, em que o Presidente é o

---

<sup>4</sup> Jair Bolsonaro ficou sem partido de 2019, quando saiu do Partido Social Liberal (PSL), a 2021, quando se filiou ao Partido Liberal (PL).

Comandante das Forças Armadas (NOBRE, 2020, pp. 49–51). Dessa forma, o líder populista se estabeleceu como autoridade legítima máxima através de sua epistemologia personalista e populista. Semelhantemente com o que ocorreu na Ditadura Civil-Militar, o Exército se estabeleceu no Poder Executivo como gestor do país e protetor dos “cidadãos de bem” num momento de aparente “ameaça” a seus projetos e valores, porém com um discurso diferente de “tolerância” à ordem democrática.

Tendo isso em vista, o governo vivia em tensão com a Constituição de 1988, em particular com os direitos sociais e ambientais, a liberdade de expressão e a diversidade cultural. Em termos geopolíticos, a gestão Bolsonaro também enfrentou uma série de problemas por conta do desrespeito aos valores dos direitos humanos e o paradigma do desenvolvimento sustentável estabelecidos nos espaços de cooperação multilateral. Logo, observamos em seu governo processos de desdemocratização fundamentados em políticas reacionárias de reconhecimento e políticas neoliberais de distribuição apoiadas numa nova militarização do poder político que se iniciou no mandato de Temer (PINHEIRO-MACHADO, 2018; SOLANO, 2018). Nesse cenário, evidenciou-se o aumento das desigualdades, das violações de direitos humanos e da degradação do meio ambiente, vinculada à expansão da fronteira extrativista e a projetos de grandes empreendimentos, de modo que os principais afetados eram as populações camponesas, indígenas e tradicionais (BRONZ; ZHOURI;

CASTRO, 2020). Além disso, é necessário destacar como esse contexto se aprofundou com a crise pandêmica.

Esse panorama apresenta ressonâncias com o modelo de nacional-desenvolvimentismo ou modernização conservadora característico do regime militar. Tal projeto desenvolvimentista é alicerçado em posturas antiambientalistas e antiindigenistas, além de certa forma de negacionismo climático, como veremos a seguir.

### **O caos informacional e o negacionismo como fomentadores do desmonte dos direitos socioambientais**

A segunda metade do século XX foi marcada, dentre outras coisas, pela emergência dos movimentos em prol da conservação e justiça ambientais em várias partes do mundo, assim como a articulação de movimentos de povos indígenas e tradicionais em defesa de suas terras e culturas (ACSELRAD, 2002; CONNELL, 2020). Seguindo essa linha, a partir dos anos 1970, muitos estudos científicos passaram a ser publicados denunciando fenômenos como a poluição atmosférica e hídrica, a destruição da camada de ozônio e o aquecimento global antropogênico.

Na década de 1980, em reação às demandas populares e de experts de regulação governamental dos mercados para frear tais fenômenos, setores conservadores das elites, principalmente dos Estados Unidos e do Reino Unido, passaram a financiar e fomentar um “contramovimento negacionista” da ciência, sobretudo das ciências ambiental e climática, para favorecer seus interesses

econômicos e assegurar os valores do “fundamentalismo de mercado” (DUNLAP; MCRIGHT, 2015; ORESKES; CONWAY, 2010). Esse contramovimento tem sido sustentado por corporações, indústrias, *think tanks* conservadores, experts ideologicamente orientados, grupos midiáticos, blogs e políticos conservadores inseridos numa “rede de *advocacy* global”, centrada em instituições de países do Norte Global em que o neoliberalismo está mais estabelecido, sobretudo nos países anglófonos ricos (DUNLAP; MCRIGHT, 2015).

Dessa maneira, a pauta ambiental se consagrou como um dos centros das contendas políticas a partir da década de 1990 com a dissolução da União Soviética. Ao mesmo tempo em que os movimentos ecológicos ganhavam mais adeptos e o consenso científico em torno do caráter antropogênico das mudanças climáticas se consolidava, o contramovimento negacionista passou a adotar abordagens mais incisivas. Inicialmente, tais atores apostavam na estratégia de gerar incertezas acerca dos achados científicos para confundir a opinião pública em prol de seus interesses; posteriormente, passaram a adotar a estratégia de fabricação de falsas controvérsias científicas para desacreditar os experts e as instituições que contrariavam suas narrativas e sugeriam políticas regulatórias (ORESQUES; CONWAY, 2010).

O fortalecimento do contramovimento negacionista nesse período se deu por conta da associação conservadora dos movimentos ambientalistas/ecológicos com o socialismo/comunismo, tendo em vista suas críticas a alguns aspectos do capitalismo industrial e as consequentes demandas por regulação. Como Oreskes e Conway

(2010, pp. 350–358) apontam, é possível observar o forte elemento anticomunista, legado da cultura política da Guerra Fria, dos negacionismos científicos. Inclusive, a autora e o autor destacam que muitos dos experts criadores de institutos negacionistas trabalharam em agências militares ou governamentais estadunidenses. Assim, as estratégias desinformativas do contramovimento negacionista, tendo como foco principal os *think tanks* conservadores, têm sido empregadas para difundir a ideologia do fundamentalismo de mercado e pressionar o poder político para rejeitar mais regulações econômicas em prol do programa neoliberal. Ademais, deve-se ressaltar a desconfiança e até rejeição desses atores neoliberais-conservadores negacionistas à Organização das Nações Unidas (ONU) e suas instituições constituídas de experts de várias áreas por sua institucionalização dos valores dos direitos humanos e a agenda do desenvolvimento sustentável (DUNLAP; MCRIGHT, 2015; ORESKES; CONWAY, 2010), como a Organização Mundial da Saúde (OMS) no contexto da pandemia e o *International Panel on Climate Change* (IPCC). Esse último ponto, denominado como “globalismo” nas narrativas conspiratórias de guerra cultural de personalidades da “nova” extrema-direita, é trazido à tona para criticar o multilateralismo de solução de problemas globais, como as mudanças climáticas, com o argumento de que ele estaria promovendo a “perda de soberania” dos Estados-nação.

Nesse sentido, evidencia-se mais uma vez a relação entre neoliberalismo, conservadorismo e a pós-verdade. No caso do

bolsonarismo, podemos encontrar o negacionismo climático e a narrativa do globalismo difundida entre seus seguidores e os atores governamentais, especialmente os olavistas. Entre os militares que compõem o governo, há a reprodução de argumentos que colocam em dúvida a urgência do combate às mudanças climáticas e questionam os dados sobre desmatamento, além da ideia de que a preocupação internacional em torno da preservação da Amazônia e seus povos é baseada em interesses geopolíticos que ameaçam à soberania do Brasil (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, p. 24).

Essa postura dos integrantes das Forças Armadas não é nenhuma novidade, pois o modelo de nacional-desenvolvimentismo do período ditatorial foi baseado na construção de grandes empreendimentos e no avanço da fronteira extrativista com a importação do modelo capitalista do agronegócio para o campo (OLIVEIRA, 2015; BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020). Assim, a modernização conservadora da economia contribuiu para o aumento das desigualdades, a degradação ambiental e a violação de direitos humanos dos grupos mais vulneráveis, sobretudo os povos indígenas e tradicionais, vistos com maus olhos por resistirem à integração ao projeto nacional e demandarem respeito às suas culturas e relações profundas com a terra. Com o processo de redemocratização em curso na década de 1990 e o estabelecimento do paradigma do desenvolvimento sustentável liberal e da diversidade cultural na Constituição de 1988, consolidam-se ideias antiambientalistas e antiindigenistas entre os



militares em reação aos processos de titulação de terras indígenas e o fortalecimento dos movimentos socioambientalistas no Brasil, entendidos como ameaças à soberania nacional (ZHOURI, 2010). Inclusive, essa ideia de que a existência da diversidade de povos indígenas seria uma ameaça à soberania da nação brasileira está por trás da fala do ex-ministro da Educação Abraham Weintraub vista no vídeo da reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020: "eu odeio o termo 'povos indígenas'" (STF..., 2020).

No que tange ao negacionismo climático, é necessário elucidar a relação das Forças Armadas e do governo Bolsonaro de modo geral com seus experts conservadores. Para essa exposição, destaca-se o agrônomo Evaristo de Miranda, descrito em reportagem da revista *Piauí* como o "ideólogo da política ambiental brasileira" (ESTEVES, 2021). O jornalista Bernardo Esteves demonstra como, após seus estudos superiores na França, Miranda construiu sua carreira de monitoramento territorial por satélites com intenção de ampliar a agricultura através de ligações com militares e o ex-presidente José Sarney. Tais relações culminaram na criação, por decreto presidencial de 1989, do Núcleo de Monitoramento Ambiental e de Recursos Naturais por Satélite em Campinas e na designação do agrônomo como chefe-geral. Atualmente, o núcleo mudou de nome para Embrapa Territorial e pode ser apontado como um dos principais centros propagadores de negacionismo climático no Brasil.

Por meio de manipulação de dados sobre diversos temas ambientais e publicações em espaços que não contam com

revisão de pares, a instituição promove publicações baseadas em negacionismo climático e em ideias antiindigenistas e antiambientalistas para beneficiar os interesses do agronegócio, como ocorreu com os debates do Novo Código Florestal de 2012, influenciados por tais perspectivas. Uma das ideias mais famosas é a falácia de que há muita terra para indígenas e a preservação ambiental e quase nada para a agropecuária. A reportagem aponta para a reprodução dessas ideias negacionistas por alguns ministros e ex-ministros militares de Bolsonaro, como os generais Eduardo Villas Bôas, Augusto Heleno e Carlos Alberto Santa Cruz, bem como Ricardo Salles e o próprio Bolsonaro. Esteves (2021) também destaca como Miranda dispõe de grande capital social em razão de ser chamado recorrentemente para várias entrevistas e eventos entre a comunidade negacionista, assim como por já ter se reunido com várias autoridades públicas, incluindo o ex-presidente Lula e a ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva, que rejeitou incisivamente seus dados manipulados e narrativa pró-ruralismo.

Entre os anos 1990 e as primeiras décadas do século XXI, o estabelecimento do paradigma da modernização ecológica<sup>5</sup> ancorada no capitalismo neoliberal no Brasil levou a um cenário de

---

<sup>5</sup> A "modernização ecológica" pode ser entendida pelo tripé "soluções de mercado, eficiência tecnológica e consenso político" (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, p. 15). Ou seja, ela representa um modelo de desenvolvimento econômico inserido na lógica do capitalismo que celebra a emergência de nichos de mercado baseados em práticas e tecnologias aparentemente sustentáveis e formas de gestão ambiental supostamente mais democráticas por possuírem mecanismos de produção de consenso, como o licenciamento ambiental.

“violência lenta”<sup>6</sup> em que o aparente caráter democrático das técnicas e procedimentos de gestão ambiental, como as envoltas no licenciamento ambiental, escamoteava a desregulação ambiental e a violação de direitos inseridas nos projetos neodesenvolvimentistas através de estratégias de domesticação dos conflitos socioambientais e produção de consenso (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, pp. 14–20). Contraditoriamente, as primeiras décadas do novo milênio também foram marcadas por titulações de terras indígenas e quilombolas, aprovação de novas políticas socioambientais e conservacionistas que expandiram direitos e a participação popular, além da ratificação de tratados internacionais em defesa do meio ambiente e da diversidade cultural que se somaram a esse novo cenário político-jurídico, como a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) e o Acordo de Paris (2015). Insta ressaltar que esses avanços também foram resultado do fortalecimento dos movimentos populares socioambientalistas (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020).

A eleição de Bolsonaro consagrou a passagem da “violência lenta” para a “violência bruta” com o aprofundamento dos processos de desregulação e violação de direitos humanos, sobretudo dos povos indígenas e tradicionais, fundamentada na desconfiança nos paradigmas do multilateralismo, do desenvolvimento sustentável e

---

<sup>6</sup> O conceito de “violência lenta” usado pelas autoras significa “uma violência que ocorre gradualmente e fora de vista, uma violência de destruição retardada que é dispersa através do tempo e espaço, uma violência de desgaste que tipicamente não é vista como violência de qualquer modo” (NIXON, 2011, p. 2).

da diversidade cultural (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, pp. 20–27). Desde antes de sua campanha, Bolsonaro já era conhecido por suas falas racistas contra indígenas e quilombolas e por defender a expansão da fronteira extrativista do agronegócio e da mineração, especialmente na Amazônia. Pode-se citar a promessa, que foi cumprida, de “não demarcar nenhuma terra indígena” (PUTTI, 2019), fundamentada na falácia negacionista de Miranda reproduzida nos ciclos militares.

Com a ascensão à Presidência, esses discursos se converteram em políticas evidentemente agressivas contra as pautas socioambientais, particularmente, no desmonte e na posterior militarização das instituições públicas ambientais e indigenistas. Desde o início de seu mandato, Bolsonaro interrompeu os processos de titulação de terras indígenas e quilombolas e rejeitou a cooperação internacional por meio do Fundo Amazônia. Além disso, retirou grande parte do orçamento do Ministério do Meio Ambiente, do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), da Embrapa, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da Fundação Cultural Palmares. Também aparelhou essas instituições com a inserção de militares e fundamentalistas religiosos e a perseguição de funcionários de carreira comprometidos com as causas socioambientais para interromper as atividades de fiscalização de crimes socioambientais (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020).

Ademais, Bolsonaro e o ex-ministro Ricardo Salles, acusado por tráfico de madeira ilegal da Amazônia para os Estados Unidos em 2021 (AFP, 2021), estimularam recorrentemente em seus discursos o desmatamento promovido por ações de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e grileiros, o que levou à deflagração do “Dia do Fogo” em 2019 por esses atores (MACHADO, 2019) e ao aumento constante e vertiginoso da destruição da Amazônia, Cerrado e Pantanal e da violência contra comunidades tradicionais desde então (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, pp. 20–27). Insta lembrar que o presidente ainda acusou em discurso na ONU os próprios povos indígenas e ONGs ambientalistas de terem causado os incêndios e a mídia de propagar desinformação com a intenção de queimar sua imagem (SEM PROVAS..., 2020), demonstrando mais uma vez a estratégia de produção de caos informacional para apresentar narrativas favoráveis aos seus interesses. Isso pode ser entendido como mais uma demonstração do contexto da pós-verdade por parte do atual governo.

Em 2020, com a reação negativa da sociedade civil brasileira, de autoridades e investidores internacionais frente ao aumento do desmatamento na Amazônia e à desestruturação da política ambiental de forma geral, o governo Bolsonaro decidiu recriar o Conselho da Amazônia Legal sob responsabilidade do vice-presidente general Hamilton Mourão e, alguns meses depois, designar as Forças Armadas como responsáveis pelo combate aos incêndios e ao desmatamento (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, pp. 22–23). Nesse sentido, deve-se destacar:

Em meio à pressão internacional de investidores e à pressão nacional de empresários, as forças militares se tornam protagonistas das metas governamentais voltadas para a Amazônia, anunciando sua competência para compatibilizar os interesses protecionistas (combate às queimadas, fiscalização ambiental, retomada dos projetos e investimentos do Fundo Amazônia) com a (não menos importante) dita "regularização fundiária". Uma série de outros interesses estratégicos aparecem atrelados à expressão "regularização fundiária", tal como a mineração em terras indígenas e da União, o aumento da disponibilidade de terras para o agronegócio e grandes empreendimentos de infraestrutura – em suma, a ocupação da Amazônia para fins do interesse econômico empresarial a partir da política neoextrativista (...). Ou seja, interesses e estratégias econômicas que se mostram historicamente incompatíveis com a proteção da floresta e dos direitos dos povos indígenas e tradicionais. (BRONZ; ZHOURI; CASTRO, 2020, p. 23).

Diante disso, compreende-se mais facilmente os interesses em jogo escancarados na já citada reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, em especial as falas de Ricardo Salles de aproveitar a pandemia para "passar a boiada" e de Paulo Guedes de criar um ambiente juridicamente favorável aos investidores (STF..., 2020), ou seja, evidenciava-se a intenção de promover a desregulação das legislações socioambientais para facilitar a entrada de capital estrangeiro, a construção de grandes empreendimentos e o avanço da fronteira extrativista. Essas ideias são fundamentadas na negação da urgência do combate às mudanças climáticas, bem como no fundamentalismo de mercado e no desrespeito aos direitos humanos.

Em 2021, com a ascensão de Joe Biden à Presidência dos Estados Unidos, Bolsonaro perdeu seu principal aliado no sistema internacional, Donald Trump. Devido à consolidação da imagem

de “pária internacional” do Brasil, os discursos de Bolsonaro em órgãos de cooperação multilateral, como a Cúpula de Líderes sobre o Clima e a Assembleia Geral da ONU, passaram a reconhecer a relevância de medidas políticas contra as mudanças climáticas. Contudo, essa postura veio vinculada à solicitação de pedidos de destinação de mais investimentos para o Brasil. Além do mais, o presidente seguiu difundindo, nessas e noutras ocasiões, dados distorcidos ou inverídicos para sustentar que o desmatamento diminuiu em seu governo e que vinha tomando medidas efetivas para proteger o meio ambiente e os povos indígenas, bem como para solucionar as crises econômica e pandêmica (ESCOBAR, 2021; RIBEIRO et al, 2021). Assim, ressalta-se que, embora com uma nova roupagem, a epistemologia personalista de produção de desordem informacional seguiu sendo utilizada por Bolsonaro para confundir o debate público em benefício de sua coalizão.

### Considerações finais

Demonstramos como o contexto da pós-verdade dispõe de relações intrínsecas com as transformações decorrentes da hegemonização do neoliberalismo e da difusão de sua arquitetura digital a escala global. Nesse cenário, o conservadorismo se fortaleceu pela construção de contramovimentos negacionistas que vêm desestabilizando o sistema de peritos e as lutas por justiça social e ambiental fortalecidas a partir dos anos 1960.

Concomitantemente, conformou-se gradualmente um ecossistema comunicacional, que inclui a mídia e o espaço digital, repleto de desinformação e afetos negativos antissistêmicos relacionados às crises de hegemonia decorrentes do próprio funcionamento do capitalismo neoliberal que se desenrolaram a partir de 2008. Assim, facilitou-se a ascensão de líderes populistas conservadores que se apresentaram como *outsiders* e culpabilizaram o campo progressista e, especialmente, os movimentos e partidos de esquerda por essas crises.

A partir do exposto, pôde-se observar como, no caso do Brasil, o governo Bolsonaro, com sua epistemologia personalista, utilizou estratégias de produção de caos informacional, baseado em ideias que negam consensos científicos e fatos observáveis, para produzir narrativas favoráveis aos interesses de sua base de apoio. Em particular, o negacionismo climático enraizado nos setores conservadores do militarismo e do fundamentalismo de mercado foi mobilizado para promover o desmonte das políticas ambientais e para os povos tradicionais e a violência bruta e desenfreada sobre eles enquanto havia espaço para isso. Com as reações negativas do empresariado brasileiro e de investidores, bem como com as mudanças no sistema internacional, os discursos bolsonaristas demonstraram um afastamento do negacionismo climático para atrair mais investimentos para o país, porém ainda apostando em propagação de desordem informacional para confundir o debate público e direcionar narrativas favoráveis para sua base de apoio.



Caos informacional como estratégia do governo Bolsonaro de desmonte das políticas socioambientais

## Referências bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 5, pp. 49–60, jan./jun. 2002.

AFP. Investigado por tráfico de madeira, Ricardo Salles deixa Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://istoe.com.br/investigado-por-traffic-de-madeira-ricardo-salles-deixa-ministerio-do-meio-ambiente/>. Acesso em: 10 set 2021.

AZEVEDO, Fernando Antônio. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1989–2014). **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 2, pp. 270–290, mai./ago. 2018.

BIANCHI, Alvaro et al. Olavo de Carvalho e a Guerra cultural das novas direitas: entrevista com Alvaro Bianchi. **Em Tese**. Florianópolis, v. 18, n. 2, pp. 67–79, set./dez., 2021.

BRADSHAW, Samantha; HOWARD, Philip N. **The Global Disinformation Disorder: 2019 Global Inventory of Organised Social Media Manipulation**. Working Paper 2019.2, Project on Computational Propaganda. Oxford, Reino Unido. 2019.

BRONZ, Deborah; ZHOURI, Andréa; CASTRO, Ednea. Passando a boiada: violação de direitos, desregulação e desmanche ambiental no Brasil. **Revista Antropolítica**, n. 49, Niterói, pp. 8–41, 2. quadr. 2020.

BROWN, Wendy. **In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West**. New York: Columbia University Press, 2019.

CESARINO, Letícia. Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil. **Internet & Sociedade**, nº 1, v. 1, fev. 2020, pp. 91–120.

\_\_\_\_\_. Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética. **Revista Ilha**, v. 23, n. 1, pp. 73–96, 2021.

CONNEL, Raewyn. **Southern theory: the global dynamics of knowledge in social science**. New York: Routledge, 2020.

DUARTE, Tiago Ribeiro. **Pós-verdade durante a pandemia da Covid-**

**19:** o negacionismo e a epistemologia personalista de Jair Bolsonaro. Em avaliação.

DUNLAP, Riley E.; MCCRIGHT, Aaron M. Challenging climate change: the denial countermovement. /n: DUNLAP, Riley E.; BRULLE, Robert J. (org.). **Climate change and society: sociological perspectives**. New York: Oxford University Press, 2015. pp. 300–332.

ESCOBAR, Herton. “Um dos países mais antiambientais do mundo”. **Jornal da USP**. 23 abr 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/um-dos-paises-mais-antiambientais-do-mundo/>. Acesso em: 10 out 2021.

ESTEVES, Bernardo. O fabulador oculto: a trajetória e os métodos de Evaristo de Miranda, o ideólogo da política ambiental de Bolsonaro. **Revista Piauí**, São Paulo, 2021.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, pp. 43–64, 2018.

HARVEY, David. **A brief history of neoliberalism**. New York: Oxford University Press Inc, 2005.

KELKAR, Shreeharsh. Post-truth and the Search for Objectivity: Political Polarization and the Remaking of Knowledge Production. **Engaging Science, Technology, and Society**, vol. V, pp. 86–106, 2019.

MACHADO, Leandro. O que se sabe sobre o ‘Dia do Fogo’, momento-chave das queimadas na Amazônia. **BBC News Brasil**. 27 ago 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-49453037>. Acesso em: 10 set 2021.

MAZUI, Guilherme. ‘É simples assim: um manda e o outro obedece’, diz Pazuello ao lado de Bolsonaro. **G1**. 22 out 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/10/22/e-simples-assim-um-manda-e-o-outro-obedece-diz-pazuello-ao-lado-de-bolsonaro.ghtml>. Acesso em: 10 set 2021.

MELLO, Patrícia Campos de. Empresários bancam campanha contra o PT no WhatsApp. **Folha de S. Paulo**. 18 out 2018. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>>. Acesso em: 15 ago 2021.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 32, n. 2, pp. 621-647, set/dez 2017.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. **Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda?** Trabalho apresentado no 37º Encontro Anual da ANPOCS, 2013.

NIXON, Rob. Introduction. *In*: NIXON, Rob. **Slow violence and the environmentalism of the poor**. Cambridge: Harvard University Press, 2011. pp. 1-44.

NOBRE, Marcos. **Ponto-final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia**. São Paulo: Todavia. 1ª ed., 2020.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik. **Merchants of doubt: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming**. New York: Bloomsbury Press, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **Los pueblos indígenas y tribales y la gobernanza de los bosques**. Una oportunidad para la acción climática en América Latina y el Caribe. Santiago. FAO. 2021.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Word of the Year 2016**. Oxford Languages, 2016. Disponível em: <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>. Acesso em: 19 ago 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de. Introdução: Dias de um futuro (quase) esquecido: um país em transe, a democracia em colapso. *In*: \_\_\_\_\_. (Orgs.) **Brasil em Transe: Bolsonarismo, Nova Direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PUTTI, Alexandre. Bolsonaro: "Enquanto eu for presidente, não tem demarcação de terra indígena". *Carta Capital*. 16 ago 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/Politica/bolsonaro->

[enquanto-eu-for-presidente-nao-tem-demarcacao-de-terra-indigena/](#). Acesso em: 10 set 2021.

REZENDE, Constança, Número de militares em cargos civis mais que dobra em governo Bolsonaro. **UOL**. 17 jul 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/constanca-rezende/2020/07/17/numero-de-militares-em-cargos-civis-mais-que-dobra-em-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 12 set 2021.

RIBEIRO, Amanda et al. Na ONU, Bolsonaro lista rosário de mentiras sobre ambiente, pandemia e corrupção. **Aos Fatos**. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/checamos-bolsonaro-assembleia-geral-onu/>. Acesso em: 5 out 2021.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006–2018). 2018. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROOSE, Kevin. What Is QAnon, the Viral Pro-Trump Conspiracy Theory? **The New York Times**. 3 set 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/article/what-is-qanon.html>. Acesso em: 30 ago 2022.

SAURETTE, Paul; GUNSTER, Shane. Ears Wide Shut: Epistemological Populism, Argutainment and Canadian Conservative Talk Radio. **Canadian Journal of Political Science**, vol. XLIV, p. 1, pp. 195–218, 2011.

SEM PROVAS, BOLSONARO VOLTA A CULPAR ÍNDIOS; SALLES NEGA DESMATAMENTO. **UOL**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/09/24/sem-provas-bolsonaro-volta-a-culpar-indios-por-fogo-salles-ve-perseguido.htm>. Acesso em: 12 set 2021.

SOLANO, Esther (Org.) **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018.

SOUSA, Adriano Casemiro Nogueira Campos de. **Golpe ou impeachment?** A diferença de enquadramentos entre a “grande mídia” e a Carta Capital sobre a deposição de Dilma Rousseff.

2019. 95 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) —Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora LeYa, 2016. 144 p.

STF divulga íntegra do vídeo da reunião ministerial de 22 de abril. São Paulo: CNN Brasil, 2020. 1 vídeo (114 min.), son., color. Disponível em: <https://bit.ly/3k1fS3s>. Acesso em: 19 ago 2021.

ZHOURI, Andréa. “Adverse forces” in the Brazilian Amazon: developmentalism versus environmentalism and indigenous rights. **Journal of Environment & Development**, Thousand Oaks, v. 19, n. 3, pp. 252–273, 2010.

ZOONEN, Liesbet van. Epistemology: changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, [s.l.], v. 27, n. 1, pp. 56–67, 2012.

ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism: the fight for the human future at the new frontier of power**. Nova Iorque: Public Affairs Books, 2018.